

NOME DO CANDIDATO

ASSINATURA DO CANDIDATO

RG DO CANDIDATO

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO

INSTRUÇÕES GERAIS

- I. Nesta prova, você encontrará 15 (quinze) páginas numeradas sequencialmente, contendo 75 (setenta e cinco) questões objetivas correspondentes às seguintes disciplinas: Língua Portuguesa (10 questões), Raciocínio Lógico e Matemático (05 questões), Noções de informática (05 questões), Noções gerais de igualdade racial e de gênero (05 questões), Conhecimentos Específicos (50 questões) e uma prova discursiva.
- II. Verifique se seu nome e número de inscrição estão corretos no cartão de respostas. Se houver erro, notifique o fiscal.
- III. Verifique se o caderno de provas se refere ao cargo para o qual você se inscreveu. Caso o cargo esteja divergente, solicite ao fiscal de sala para que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- IV. Assine e preencha o cartão de respostas nos locais indicados, com caneta azul ou preta.
- V. Verifique se a impressão, a paginação e a numeração das questões estão corretas. Caso observe qualquer erro, notifique o fiscal.
- VI. As respostas da Prova Discursiva deverão conter no mínimo 20 (vinte) e no máximo 30 (trinta) linhas. Transcreva-as, com caneta azul ou preta, para a Folha de Respostas, no espaço da questão correspondente.
- VII. Marque o cartão de respostas cobrindo fortemente o espaço correspondente à letra a ser assinalada, conforme o exemplo no próprio cartão de respostas.
- VIII. A leitora óptica não registrará as respostas em que houver falta de nitidez e/ou marcação de mais de uma alternativa.
- IX. O cartão de respostas não pode ser dobrado, amassado, rasurado ou manchado. Exceto sua assinatura, nada deve ser escrito ou registrado fora dos locais destinados às respostas.
- X. Ao terminar a prova, entregue ao fiscal o cartão de respostas e este caderno. As observações ou marcações registradas no caderno não serão levadas em consideração.
- XI. Você dispõe de 04 (quatro) horas e 30 (trinta) minutos para fazer esta prova. Reserve os 20 (vinte) minutos finais para marcar o cartão de respostas.
- XII. O candidato só poderá retirar-se do setor de prova 01 (uma) hora após seu início.
- XIII. Os candidatos poderão levar seu Caderno de Questões somente após transcorridas 04 (quatro) horas do início das provas. Em hipótese alguma o candidato poderá levar o Caderno de Questões antes do horário permitido.
- XIV. É terminantemente proibido o uso de telefone celular, pager ou similares.

Boa Prova!

DESTAQUE AQUI

Nome: _____ Assinatura do Candidato: _____ Inscrição: _____

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
<input type="checkbox"/>																								
26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
<input type="checkbox"/>																								
51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75
<input type="checkbox"/>																								

RASCUNHO

Texto

Primeira classe
(Moacyr Scliar)

Durante anos, o homem teve um sonho: queria viajar de avião na primeira classe. Na classe econômica, ele, executivo de uma empresa multinacional, era um passageiro habitual; e, quando via a aeromoça fechar a cortina da primeira classe, quando ficava imaginando os pratos e as bebidas que lá serviam, mordida-se de inveja. Talvez por causa disso trabalhava incansavelmente; subiu na vida, chegou a um cargo de chefia que, entre outras coisas, dava-lhe o direito à primeira classe nos voos.

E assim, um dia, ele embarcou de Nova Délhi, onde acabara de concluir um importante negócio, para Londres. E seu lugar era na primeira classe. Seu sonho estava se realizando. Tudo era exatamente como ele imaginava: coquetéis de excelente quantidade, um jantar que em qualquer lugar seria considerado um banquete. Para cúmulo da sorte, o lugar a seu lado estava vazio.

Ou pelo menos estava no começo do voo. No meio da noite acordou e, para sua surpresa, viu que o lugar estava ocupado. Achou que se tratava de um intruso; mas, em seguida, deu-se conta de que algo anormal ocorria: várias pessoas estavam ali, no corredor, chorando e se lamentando. Explicável: a passageira a seu lado estava morta. A tripulação optara por colocá-la na primeira classe exatamente porque, naquela parte do avião, havia menos gente.

Sua primeira reação foi exigir que removessem o cadáver. Mas não podia fazer uma coisa dessas, seria muita crueldade. Por outro lado, ter um corpo morto a seu lado horrorizava-o. Não havendo outros lugares vagos na primeira classe, só lhe restava uma alternativa: levantou-se e foi para a classe econômica, para o lugar que a morta, havia pouco, ocupara. Ou seja, ao invés de um *upgrade*, ele tinha recebido, ainda que por acaso, um *downgrade*.

Ali ficou, sem poder dormir, claro. Porque, depois que se experimenta a primeira classe, nada mais serve. Finalmente, o avião pousou, e ele, arrasado, dirigiu-se para a saída, onde o esperavam os parentes da falecida para agradecer-lhe. Disse um deles, que se identificou como filho da senhora: “Minha mãe sempre quis viajar de primeira classe. Só conseguiu morta graças à sua compreensão. Deus lhe recompensará”.

Que tem seu lugar garantido no céu, isso ele sabe. Só espera chegar lá viajando de primeira classe. E sem óbitos durante o voo.

1) A partir de uma leitura global do texto, assinale a alternativa correta.

- a tripulação do avião resolveu colocar a passageira morta na primeira classe porque sabia que esse seria o desejo dela.
- embora tenha ocorrido um óbito durante o voo, a narrativa privilegia o desejo de voar na primeira classe do personagem principal.
- o negócio importante fechado pelo personagem principal em Nova Délhi só foi possível porque ele viajaria de primeira classe.
- no voo em questão, tanto a primeira classe quanto a econômica possuíam inúmeros lugares vazios.
- a gratidão dos parentes foi justa porque o personagem principal foi o responsável pela colocação, na primeira classe, da mulher morta.

2) Considere as palavras destacadas na frase abaixo e assinale a alternativa em que se indica, respectivamente e de modo correto, sua classificação morfológica.

“Durante anos, o homem teve um sonho: queria viajar de avião na primeira classe.” (1º§)

- numeral e numeral.
- numeral e pronome.
- artigo e numeral.
- pronome e numeral.
- artigo e pronome.

3) Com a frase “Ou pelo menos estava no começo do voo.”, que introduz o terceiro parágrafo, o autor sugere ao leitor que a situação descrita anteriormente:

- seria alterada.
- era muito comum.
- fora preservada.
- não agradava.
- era merecida.

4) Embora não sejam originariamente vocábulos da Língua Portuguesa, as palavras “upgrade” e “downgrade”, presentes no quarto parágrafo, têm seus sentidos apreendidos, mantendo uma relação entre si. Assim, pelo contexto, devem ser entendidas como termos:

- equivalentes.
- complementares.
- polivalentes.
- opostos.
- pejorativos.

5) No terceiro parágrafo, a oração “A tripulação optara por colocá-la na primeira classe” pode ser reescrita de várias outras formas sem grandes alterações de sentido. Assinale a opção em que, ao reescrever, comete-se um erro no emprego dos pronomes.

- Ela foi colocada na primeira classe pela tripulação.
- Os membros da tripulação colocaram-na na primeira classe.
- A tripulação colocou-a na primeira classe.
- A tripulação colocá-la-ia na primeira classe.
- A tripulação optou por colocar ela na primeira classe.

Considere o fragmento transcrito abaixo para responder às questões 6 e 7 seguintes.

Ali ficou, sem poder dormir, claro. **Porque**, depois que se experimenta a primeira classe, nada mais serve. (5º§)

6) As palavras ganham sentido no contexto em que estão inseridas. Desse modo, pode-se concluir que o advérbio “Ali” é uma expressão locativa que faz referência:

- à primeira classe.
- ao avião.
- à classe econômica.
- a Nova Délhi.
- ao aeroporto.

7) A conjunção destacada no trecho introduz o valor semântico de:

- consequência.
- tempo.
- concessão.
- finalidade.
- causa.

8) No último parágrafo, o trecho “Que tem seu lugar garantido no céu” ilustra uma figura de linguagem conhecida como:

- hipérbole.
- personificação.
- metonímia.
- eufemismo.
- comparação.

- 9) A flexão de alguns verbos, sobretudo os irregulares, pode causar confusão. O verbo “quis”, presente em “Minha mãe sempre quis viajar” (5º§) é um exemplo típico. Nesse sentido, assinale a alternativa em que se indica **INCORRETAMENTE** a sua flexão.
- queres – Presente do Indicativo.
 - queria – Futuro do Pretérito do Indicativo.
 - quisera – Pretérito mais-que-perfeito do Indicativo.
 - queira – Presente do Subjuntivo.
 - quisesse – Pretérito Imperfeito do Subjuntivo.

- 10) A análise sintática da oração “entre outras coisas, davalhe o direito à primeira classe nos voos.” (1º§) permite concluir que o termo preposicionado em destaque exerce a função de:
- objeto direto.
 - adjunto adverbial.
 - complemento nominal.
 - objeto indireto.
 - predicativo.

RACIOCÍNIO LÓGICO E MATEMÁTICO

- 11) De um total de 240 alunos de uma escola $\frac{1}{5}$ estudam somente francês, $\frac{1}{4}$ estudam somente espanhol, $\frac{1}{3}$ estudam somente inglês, e o restante dos alunos, estuda somente alemão. Nessas condições, o total de alunos que estudam alemão ou espanhol, é igual a:
- 132
 - 120
 - 112
 - 128
 - 140

- 12) Assinale a alternativa correta. As idades de cinco funcionários de uma empresa são diferentes e consecutivas e a média das idades é igual a 37 anos. Se o funcionário com menor idade não fizer parte dessa média, então a média dos quatro funcionários restantes passará a ser:
- entre 37 e 38 anos
 - menor que 37 anos
 - 39 anos
 - entre 36 e 37 anos
 - entre 38 e 39 anos

- 13) Assinale a alternativa correta. A terça parte de 36% do salário de Carlos é igual a R\$ 180,00. Desse modo, o valor da metade do salário de Carlos é igual a:
- R\$ 600,00
 - R\$ 750,00
 - R\$ 800,00
 - R\$ 900,00
 - R\$ 650,00

- 14) Assinale a alternativa correta. De acordo com a lógica proposicional, a negação da frase: “O jogo terminou empatado e o time A foi campeão” é equivalente à frase:
- O jogo não terminou empatado e o time A não foi campeão
 - O jogo terminou empatado ou o time A não foi campeão
 - O jogo não terminou empatado ou o time A foi campeão
 - O jogo não terminou empatado ou o time A não foi campeão
 - O jogo terminou empatado se, e somente se, o time A foi campeão

- 15) Assinale a alternativa correta. O valor lógico do bicondicional entre duas proposições é falso se:
- os valores lógicos das duas proposições forem falsos
 - o valor lógico de cada uma das proposições for verdade
 - o valor lógico da primeira proposição for falso
 - o valor lógico da segunda proposição for falso
 - somente uma das proposições tiver valor lógico falso

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

- 16) Assinale, das alternativas abaixo, a única que identifica corretamente as especificações técnicas de hardware de um atual microcomputador:
- INTEL Core i7 - HD 4GB - RAM 500GB
 - INTEL XP - HD 4GB - RAM 4GB
 - INTEL Core i7 - HD 500GB - RAM 4GB
 - INTEL Core i7 - HD 500GB - ROM 500GB
 - INTEL XP - HD 500GB - ROM 4GB

- 17) Quanto ao Gerenciador de Arquivos do Windows XP, analise as afirmativas abaixo, dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F) e assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo:
- é possível renomear o nome de uma pasta no Gerenciador de Arquivos do Windows XP.
 - o nome do Gerenciador de Arquivos do Windows XP é denominado Internet Explorer.
 - pode-se movimentar um arquivo de uma pasta para outra por meio do mouse.
- V - V - V
 - V - V - F
 - V - F - V
 - F - F - V
 - F - F - F

- 18) No Microsoft Office Access 2007 basicamente um arquivo de banco de dados possui objetos tais como:
- (1) Formulários.
 - (2) Consultas.
 - (3) Projetos.
 - (4) Tabelas.

Assinale a alternativa correta.

- da relação apresentada existem somente o 1, 2 e 3
- da relação apresentada existem somente o 1, 2 e 4
- da relação apresentada existem somente o 2, 3 e 4
- da relação apresentada existem somente o 1, 3 e 4
- da relação apresentada existem todos: de 1 a 4

- 19) Quanto aos conceitos básicos de Internet, Intranet, navegadores (*browser*) e Correio Eletrônico, assinale a alternativa tecnicamente correta:
- O conceito de *browser* somente tem sentido técnico quando está se referindo à Internet
 - Não existe a possibilidade de usar Correio Eletrônico por meio de um navegador (*browser*)
 - Na Intranet somente o browser Chrome do Google está, devidamente, capacitado para funcionar
 - A utilização de Correio Eletrônico tem utilidade e funcionamento somente na Internet
 - A Intranet permite compartilhamento e disseminação de informações dentro de uma empresa

20) Se desejarmos, no MS-Excel 2007, selecionar, especificamente, as células B3, B4, B5, C3, C4 e C5 e representar esse intervalo em um comando, teremos de digitar:

- a) (B3:C3)
- b) (B3-C5)
- c) (B5-C5)
- d) (B3:C5)
- e) (B5:C5)

NOÇÕES GERAIS DE IGUALDADE RACIAL E DE GÊNERO

21) Considerando as disposições da lei federal nº 12.288, de 20/07/2010 que institui o Estatuto da Igualdade Racial, assinale a alternativa correta sobre o significado da sigla SINAPIR.

- a) Serviço de Integração e Autopromoção Racial
- b) Serviço Nacional de Apoio às Práticas de Integração Racial
- c) Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial
- d) Sistema Nacional de Promoção da Integração Racial
- e) Sindicato Nacional de Participação Racial

22) Assinale a alternativa correta sobre a espécie de violência que a Lei Federal nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha) indica, em termos expressos e precisos, como qualquer conduta contra a mulher que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima, que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento, que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça.

- a) Violência psicológica
- b) Violência moral
- c) Violência imaterial
- d) Violência uxória
- e) Violência extra corporal

23) Assinale a alternativa **INCORRETA** considerando as disposições da Lei Federal nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), sobre a assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar.

- a) A assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar será prestada de forma articulada e conforme os princípios e as diretrizes previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, no Sistema Único de Saúde, no Sistema Único de Segurança Pública, entre outras normas e políticas públicas de proteção, e emergencialmente quando for o caso
- b) O juiz determinará, por prazo incerto, a inclusão da mulher em situação de violência doméstica e familiar no cadastro de programas assistenciais do governo federal, estadual e municipal
- c) O juiz assegurará à mulher em situação de violência doméstica e familiar, para preservar sua integridade física e psicológica, acesso prioritário à remoção quando servidora pública, integrante da administração direta ou indireta
- d) O juiz assegurará à mulher em situação de violência doméstica e familiar, para preservar sua integridade física e psicológica manutenção do vínculo trabalhista, quando necessário o afastamento do local de trabalho, por até seis meses
- e) A assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar compreenderá o acesso aos benefícios decorrentes do desenvolvimento científico e tecnológico, incluindo os serviços de contracepção de emergência, a profilaxia das Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) e da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) e outros procedimentos médicos necessários e cabíveis nos casos de violência sexual

24) Assinale a alternativa correta considerando as disposições da lei estadual nº 13.182, de 06 de junho de 2014 (Estatuto da Igualdade Racial e de Combate a Intolerância Religiosa) sobre o período estabelecido para a vigência das ações afirmativas previstas na mesma lei.

- a) 05 (cinco) anos a partir da implantação das ações afirmativas
- b) 20 (vinte) anos a partir da publicação da referida lei
- c) 15 (quinze) anos a partir da implantação das ações afirmativas
- d) 10 (dez) anos a partir da publicação da referida lei
- e) 25 (vinte e cinco) anos a partir da publicação da referida lei

25) Assinale a alternativa correta considerando as disposições do Decreto federal nº 4.377, de 13 de setembro de 2002 que promulga a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, de 1979, e revoga o Decreto nº 89.460, de 20 de março de 1984.

- a) Para os fins da referida Convenção, a expressão “discriminação contra a mulher” significará toda a distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo e que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício pela mulher casada ou convivente em união estável, com base na igualdade do homem e da mulher, dos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural e civil ou em qualquer outro campo
- b) Para os fins da referida Convenção, a expressão “discriminação contra a mulher” significará toda a distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo e que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício pela mulher casada ou convivente em união estável, com base na igualdade do homem e da mulher, dos direitos humanos e liberdades fundamentais, exclusivamente, nos campos econômico, social, cultural e civil
- c) Para os fins da referida Convenção, a expressão “discriminação contra a mulher” significará toda a distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo e que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício pela mulher casada ou convivente em união estável, com base na igualdade do homem e da mulher, dos direitos humanos e liberdades fundamentais, exclusivamente, nos campos político, econômico e civil
- d) Para os fins da referida Convenção, a expressão “discriminação contra a mulher” significará toda a distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo e que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício pela mulher casada ou convivente em união estável, com base na igualdade do homem e da mulher, dos direitos humanos e liberdades fundamentais, exclusivamente, nos campos cultural e civil
- e) Para os fins da referida Convenção, a expressão “discriminação contra a mulher” significará toda a distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo e que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício pela mulher, independentemente de seu estado civil, com base na igualdade do homem e da mulher, dos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural e civil ou em qualquer outro campo

26) Considerando as normas da Lei federal nº 8.987, de 13/02/1995 que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previstos no art. 175 da Constituição Federal e dá outras providências, assinale a alternativa correta.

- Para efeito da referida lei, poder concedente é apenas a União, o Estado ou o Município, em cuja competência se encontre o serviço público, precedido da execução de obra pública, objeto de concessão ou permissão
- Para efeito da referida lei, poder concedente é a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Município, em cuja competência se encontre o serviço público, desde que precedido da execução de obra pública, objeto de concessão ou permissão
- Para efeito da referida lei, poder concedente é a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Município, em cuja competência se encontre o serviço público, precedido ou não da execução de obra pública, objeto de concessão e jamais de permissão
- Para efeito da referida lei, poder concedente é apenas a União, o Estado ou o Município, em cuja competência se encontre o serviço público, precedido ou não da execução de obra pública, objeto de concessão ou permissão
- Para efeito da referida lei, poder concedente é a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Município, em cuja competência se encontre o serviço público, precedido ou não da execução de obra pública, objeto de concessão ou permissão

27) Assinale a alternativa correta sobre a noção legal e específica de serviço adequado nos termos da Lei federal nº 8.987, de 13/02/1995 que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previstos no art. 175 da Constituição Federal e dá outras providências.

- Serviço adequado é o aquele assim considerado pelas regras do mercado
- Serviço adequado é o que satisfaz as condições de preço e regularidade do edital em combinação com as normas estabelecidas pelo prestador contratado
- Serviço adequado é o que pode ser prestado de acordo com os critérios do prestador contratado por meio de licitação
- Serviço adequado é o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas
- Serviço adequado é o aquele que se presta a resolver os problemas do Administrador Público e que esteja de acordo com suas convicções pessoais

28) Assinale a alternativa correta sobre os critérios para concessão de serviço público por meio de licitação nos termos da Lei federal nº 8.987, de 13/02/1995 que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previstos no art. 175 da Constituição Federal e dá outras providências.

- O poder concedente não poderá recusar propostas sob alegação de serem manifestamente inexequíveis ou financeiramente incompatíveis com os objetivos da licitação
- Poderá ser usado como critério a melhor proposta técnica, com preço fixado no edital
- Em igualdade de condições, será dada preferência à proposta apresentada por empresa estrangeira
- Os critérios previstos na lei poderão ser combinados em qualquer número
- A combinação de critérios previstos em lei poderá ser decidida pela comissão, independentemente de previsão editalícia

29) Considerando as normas da Lei federal nº 8.987, de 13/02/1995 que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previstos no art. 175 da Constituição Federal e dá outras providências assinale a alternativa correta.

- Declarada a intervenção, o poder concedente deverá, no prazo de vinte dias, instaurar procedimento administrativo para comprovar as causas determinantes da medida e apurar responsabilidades, assegurado o direito de ampla defesa
- Declarada a intervenção, o poder concedente deverá, no prazo de quinze dias, instaurar procedimento administrativo para comprovar as causas determinantes da medida e apurar responsabilidades, assegurado o direito de ampla defesa
- Declarada a intervenção, o poder concedente deverá, no prazo de trinta dias, instaurar procedimento administrativo para comprovar as causas determinantes da medida e apurar responsabilidades, assegurado o direito de ampla defesa
- Declarada a intervenção, o poder concedente deverá, no prazo de noventa dias, instaurar procedimento administrativo para comprovar as causas determinantes da medida e apurar responsabilidades, assegurado o direito de ampla defesa
- Declarada a intervenção, o poder concedente deverá, no prazo de cento e oitenta dias, instaurar procedimento administrativo para comprovar as causas determinantes da medida e apurar responsabilidades, assegurado o direito de ampla defesa

30) Assinale a alternativa correta sobre o que a Lei federal nº 8.987, de 13/02/1995, considera, para efeitos de extinção da concessão, respectivamente, a retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização e um dos possíveis efeitos da inexecução total ou parcial do contrato.

- Encampação e Caducidade
- Caducidade e Termo contratual
- Termo contratual e Encampação
- Preclusão e Prescrição
- Encampação e Prescrição

31) Considerando as normas da Lei federal nº 8.987, de 13/02/1995 que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previstos no art. 175 da Constituição Federal e dá outras providências, assinale a alternativa incorreta sobre a extinção concessão.

- A declaração da caducidade da concessão deverá ser precedida da verificação da inadimplência da concessionária em processo administrativo, assegurado o direito de ampla defesa
- O processo administrativo de inadimplência será instaurado antes de comunicados à concessionária, detalhadamente, os descumprimentos contratuais, dando-lhe um prazo para corrigir as falhas e transgressões apontadas e para o enquadramento, nos termos contratuais
- Instaurado o processo administrativo e comprovada a inadimplência, a caducidade será declarada por decreto do poder concedente, independentemente de indenização prévia, calculada no decurso do processo
- A caducidade da concessão poderá ser declarada pelo poder concedente quando o serviço estiver sendo prestado de forma inadequada ou deficiente, tendo por base as normas, critérios, indicadores e parâmetros definidores da qualidade do serviço
- Declarada a caducidade, não resultará para o poder concedente qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou com empregados da concessionária

32) Considerando as disposições da lei federal nº 8.666 de 21/06/1993, assinale a alternativa correta sobre o sigilo na licitação.

- a) A licitação será sigilosa, sendo públicos e acessíveis ao público apenas os atos de seu procedimento, salvo quanto ao conteúdo das propostas, até a respectiva abertura
- b) A licitação não será sigilosa, sendo sigilosos os atos de seu procedimento, salvo quanto ao conteúdo das propostas, até a respectiva abertura
- c) A licitação não será sigilosa, sendo públicos e acessíveis ao público os atos de seu procedimento, inclusive quanto ao conteúdo das propostas, até a respectiva abertura
- d) A licitação não será sigilosa, sendo públicos e acessíveis ao público os atos de seu procedimento, salvo quanto ao conteúdo das propostas, até a respectiva abertura
- e) A licitação não será sigilosa, sendo sigilosos os atos de seu procedimento, inclusive quanto ao conteúdo das propostas, até a respectiva abertura

33) Assinale a alternativa correta, considerando a lei federal nº 8.666, de 21/06/1993 que estabelece que nos processos de licitação, poderá ser estabelecida margem de preferência para produtos manufaturados e para serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras e para bens e serviços produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

- a) A margem de preferência em questão será estabelecida com base em estudos revistos, a cada licitação
- b) A margem de preferência em questão será estabelecida com base em estudos revistos, periodicamente, em prazo não superior a 3 (três) anos
- c) A margem de preferência em questão será estabelecida com base em estudos revistos, periodicamente, em prazo não superior a 5 (cinco) anos
- d) A margem de preferência em questão será estabelecida com base em estudos revistos, periodicamente, em prazo não inferior a 1 (um) ano
- e) A margem de preferência em questão será estabelecida com base em estudos revistos, periodicamente, em prazo não superior a 1 (um) ano

34) Assinale a alternativa correta sobre o que a lei federal nº 8.666, de 21/06/1993, considera, respectivamente, toda aquisição remunerada de bens para fornecimento de uma só vez ou parceladamente e o conjunto dos elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, de acordo com as normas pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

- a) Obra e Proposta
- b) Compra e Projeto executivo
- c) Compra e Projeto orçamentário
- d) Obra e Projeto de licitação
- e) Licitação e Edital

35) Considerando as disposições da lei federal nº 8.666 de 21/06/1993, que regulamenta o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, assinale a alternativa correta.

- a) O autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários
- b) O autor do projeto executivo, pessoa jurídica poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários
- c) O autor do projeto básico, pessoa física poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obra ou serviço, mas não do fornecimento de bens a eles necessários
- d) O autor do projeto, básico ou executivo, pessoa jurídica poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários
- e) O autor do projeto básico, pessoa física ou jurídica não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários

36) Considerando as disposições da lei federal nº 8.666, de 21/06/1993, assinale a alternativa correta sobre a liberação dos licitantes quanto aos compromissos assumidos.

- a) Decorridos 60 (sessenta) dias da data da entrega das propostas, sem convocação para a contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos
- b) Decorridos 30 (trinta) dias da data da entrega das propostas, sem convocação para a contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos
- c) Decorridos 90 (noventa) dias da data da abertura das propostas, sem convocação para a contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos
- d) Decorridos 60 (sessenta) dias da data da abertura das propostas, sem convocação para a contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos
- e) Decorridos 45 (quarenta e cinco) dias da data da abertura das propostas, sem convocação para a contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos

37) Considerando as disposições da lei federal nº 8.666, de 21/06/1993, assinale a alternativa correta sobre as sanções administrativas.

- a) O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista, exclusivamente, no contrato
- b) A multa por atraso injustificado na execução do contrato impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas devendo tal medida ser perquirida judicialmente
- c) A multa, aplicada após regular processo administrativo, não será descontada da garantia do respectivo contratado
- d) Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente
- e) Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, independentemente de prévia defesa, aplicar, ao contratado, as sanções de advertência ou multa, na forma prevista no instrumento convocatório

- 38) Considerando as disposições da lei federal nº 8.666, de 21/06/1993, assinale a alternativa correta sobre a pena pela prática que dispensar ou inexigir licitação fora das hipóteses previstas em lei, ou deixar de observar as formalidades pertinentes à dispensa ou à inexigibilidade.
- Detenção, de 1 (um) a 2 (dois) anos, e multa
 - Reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa
 - Detenção, de 3 (três) a 4 (quatro) anos, e multa
 - Detenção, de 3 (três) a 5 (cinco) anos, e multa
 - Reclusão, de 5 (cinco) a 6 (seis) anos, e multa
- 39) Considerando as disposições da lei federal nº 8.666, de 21/06/1993, assinale a alternativa correta sobre a pena pela prática de fraudar, em prejuízo da Fazenda Pública, licitação instaurada para aquisição ou venda de bens ou mercadorias, ou contrato dela decorrente, elevando arbitrariamente os preços.
- Reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa
 - Detenção, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa
 - Detenção, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa
 - Reclusão, de 3 (três) a 4 (quatro) anos, e multa
 - Reclusão, de 5 (cinco) a 8 (oito) anos, e multa
- 40) Considerando as disposições da lei federal nº 8.666, de 21/06/1993, assinale a alternativa correta sobre a ação penal resultante de aplicação da referida lei.
- Os crimes definidos na referida lei são de ação penal pública incondicionada, cabendo ao Ministério Público promovê-la
 - Os crimes definidos na referida lei são de ação penal pública condicionada à representação, cabendo ao ofendido promovê-la
 - Os crimes definidos na referida lei são de ação penal pública incondicionada, cabendo ao ofendido promovê-la
 - Os crimes definidos na referida lei são de ação penal privada, cabendo ao Ministério Público promovê-la
 - Os crimes definidos na referida lei são de ação penal privada, cabendo ao ofendido promovê-la
- 41) Considerando as disposições expressas e precisas da lei federal nº 8.666, de 21/06/1993, assinale a alternativa correta sobre os recursos administrativos.
- Dos atos da Administração decorrentes da aplicação da referida lei cabe recurso, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de julgamento das propostas, inclusive, tratando-se de licitações efetuadas na modalidade de “carta convite”
 - Dos atos da Administração decorrentes da aplicação da referida lei cabe recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de habilitação ou inabilitação do licitante, exceto, tratando-se de licitações efetuadas na modalidade de “carta convite”
 - Dos atos da Administração decorrentes da aplicação da referida lei cabe representação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de anulação ou revogação da licitação, inclusive, tratando-se de licitações efetuadas na modalidade de “carta convite”
 - Dos atos da Administração decorrentes da aplicação da referida lei cabe representação, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de indeferimento do pedido de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento
 - Dos atos da Administração decorrentes da aplicação da referida lei cabe pedido de reconsideração, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa

- 42) Considerando as disposições expressas e precisas da lei federal nº 8.666, de 21/06/1993, assinale a alternativa **INCORRETA** sobre os recursos administrativos.
- As obras, serviços, compras e alienações realizados pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Tribunal de Contas regem-se pelas normas da referida lei, no que couber
 - Os Estados e os Municípios e as entidades da administração indireta deverão adaptar suas normas sobre licitações e contratos ao disposto na referida lei
 - As empresas e fundações públicas e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União editarão regulamentos próprios devidamente publicados, ficando sujeitas às disposições da referida lei
 - O Distrito Federal e as entidades da administração indireta deverão adaptar suas normas sobre licitações e contratos ao disposto na referida lei
 - As sociedades de economia mista estão desobrigadas de editar regulamentos próprios devidamente publicados, ficando sujeitas às disposições da referida lei
- 43) Considerando as disposições da lei estadual nº 6.654, de 15/07/1994, que dispõe sobre a outorga de permissão e concessão para exploração dos serviços de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros e dá outras providências, assinale a alternativa correta sobre o que a referida lei considera expressa e especificamente o que é a outorga para a exploração, a título precário, mediante termo e que será concedida quando não ocorrerem licitantes interessados na concessão.
- Concessão principal
 - Licença especial
 - Licença subsidiária
 - Permissão
 - Autorização plena
- 44) Considerando as disposições da lei estadual nº 6.654 de 15/07/1994, que dispõe sobre a outorga de permissão e concessão para exploração dos serviços de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros e dá outras providências, assinale a alternativa correta.
- Na aplicação da referida lei, exceto na exploração dos correspondentes serviços, observar-se-ão, especialmente o estatuto jurídico das licitações, no que for aplicável, as leis que regulam a repressão ao abuso do poder econômico e à defesa da concorrência e as normas de defesa do consumidor
 - Na aplicação da referida lei e na exploração dos correspondentes serviços observar-se-ão, exclusivamente o estatuto jurídico das licitações, no que for aplicável, excluídas as leis que regulam a repressão ao abuso do poder econômico e à defesa da concorrência e as normas de defesa do consumidor
 - Na aplicação da referida lei e na exploração dos correspondentes serviços observar-se-ão, especialmente o estatuto jurídico das licitações, no que for aplicável, as leis que regulam a repressão ao abuso do poder econômico e à defesa da concorrência e as normas de defesa do consumidor
 - Na aplicação da referida lei, exceto na exploração dos correspondentes serviços, observar-se-ão, especialmente o estatuto jurídico das licitações, no que for aplicável, excluídas as leis que regulam a repressão ao abuso do poder econômico e à defesa da concorrência e as normas de defesa do consumidor
 - Na aplicação da lei, exceto na exploração dos correspondentes serviços, observar-se-ão, especialmente o estatuto jurídico das licitações, no que for aplicável, as leis que regulam a repressão ao abuso do poder econômico e à defesa da concorrência, excluídas as normas de defesa do consumidor

45) Tomando por base as disposições da lei estadual nº 7.314, de 19 de maio de 1998, assinale a alternativa correta sobre a Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia - AGERBA.

- a) A AGERBA tem sede e foro e competência exclusiva na cidade de Salvador e prazo de duração indeterminado
- b) A AGERBA tem sede e foro em 5 (cinco) cidades no Estado da Bahia, competência em todo o território da Bahia e prazo de duração indeterminado
- c) A AGERBA tem sede e foro e competência exclusiva na cidade de Salvador e prazo de duração determinado
- d) A AGERBA tem sede e foro em 5 (cinco) cidades no Estado da Bahia, competência em todo o território da Bahia e prazo de duração determinado
- e) A AGERBA tem sede e foro na cidade de Salvador, competência em todo o território da Bahia e prazo de duração indeterminado

46) Assinale a alternativa correta considerando as disposições da lei estadual nº 7.314, de 19 de maio de 1998, sobre a Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia - AGERBA.

- a) O Conselho Consultivo é órgão superior de representação e participação da sociedade na AGERBA e será formado por 5 (cinco) Conselheiros
- b) O Conselho Consultivo é órgão superior de representação e participação da sociedade na AGERBA e será formado por 7 (sete) Conselheiros
- c) O Conselho Consultivo é órgão superior de representação e participação da sociedade na AGERBA e será formado por 9 (nove) Conselheiros
- d) O Conselho Consultivo é órgão inferior de representação e participação da sociedade na AGERBA e será formado por 11 (onze) Conselheiros
- e) O Conselho Consultivo é órgão inferior de representação e participação da sociedade na AGERBA e será formado por 5 (cinco) Conselheiros

47) Assinale a alternativa correta considerando as disposições da lei estadual nº 7.314, de 19 de maio de 1998, sobre a Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia - AGERBA no tocante à Diretoria Executiva.

- a) À Diretoria da AGERBA, constituída por um Diretor Executivo e 2 (dois) Diretores Gerais, compete, em regime de colegiado, analisar, discutir e decidir, em instância superior, as matérias de competência da Autarquia
- b) À Diretoria da AGERBA, constituída por um Diretor Executivo e 3 (três) Diretores Gerais, compete, em regime de colegiado, analisar, discutir e decidir, em instância superior, as matérias de competência da Autarquia
- c) À Diretoria da AGERBA, constituída por um Diretor Executivo e 4 (quatro) Diretores Regionais, compete, em regime de colegiado, analisar, discutir e decidir, em instância superior, as matérias de competência da Autarquia
- d) À Diretoria da AGERBA, constituída por um Diretor Executivo e 3 (três) Diretores Gerais, compete, em regime de não colegiado, analisar, discutir e decidir, em instância superior, as matérias de competência da Autarquia
- e) À Diretoria da AGERBA, constituída por um Diretor Executivo e 4 (quatro) Diretores Regionais, compete, em regime de não colegiado, analisar, discutir e decidir, em instância superior, as matérias de competência da Autarquia

48) Assinale a alternativa correta considerando as disposições da lei estadual nº 7.314, de 19 de maio de 1998, sobre a Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia - AGERBA no tocante ao Pessoal.

- a) A AGERBA disporá de quadro próprio de pessoal, constituído apenas de cargos de provimento permanente, na forma da legislação vigente, por meio de nomeação e exoneração mediante ato do seu Diretor Executivo
- b) A AGERBA disporá de quadro próprio de pessoal, constituído de cargos de provimento permanente e cargos de provimento temporário, na forma da legislação vigente, sendo que todos os cargos serão nomeados e exonerados mediante ato do Governador do Estado
- c) A AGERBA disporá de quadro próprio de pessoal, constituído apenas de cargos de provimento permanente, na forma da legislação vigente, por meio de nomeação e exoneração mediante ato do seu Conselho Consultivo e dos Diretores Regionais
- d) A AGERBA disporá de quadro próprio de pessoal, constituído de cargos de provimento permanente e cargos de provimento temporário, na forma da legislação vigente, sendo que os cargos de provimento temporário serão nomeados e exonerados mediante ato do seu Diretor Executivo
- e) A AGERBA disporá de quadro próprio de pessoal, constituído apenas de cargos de provimento permanente, na forma da legislação vigente, por meio de nomeação e exoneração mediante ato do Governador do Estado

49) Assinale a alternativa correta sobre a competência e a prática do ato que levou à criação do decreto estadual nº 7.426, de 31 de agosto de 1998 que aprova o Regimento da Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia - AGERBA sobre o Departamento de Qualidade dos Serviços.

- a) O Decreto em questão foi baixado por ato do Governador do Estado e entrou em vigor na data de sua publicação
- b) O Decreto em questão foi baixado pela Assembleia Legislativa do Estado e entrou em vigor na data de sua publicação
- c) O Decreto em questão foi baixado por ato do Secretário de Estado da Secretaria de Energia, Transportes e Comunicações e entrou em vigor 1 (um) ano após sua publicação
- d) O Decreto em questão foi baixado por ato do Governador do Estado e entrou em vigor 1 (um) ano após sua publicação
- e) O Decreto em questão foi baixado pela Assembleia Legislativa do Estado e entrou em vigor 1 (um) ano após sua publicação

50) Assinale a alternativa correta considerando as disposições expressas do decreto estadual nº 7.426, de 31 de agosto de 1998 que aprova o Regimento da Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia - AGERBA sobre o Departamento de Qualidade dos Serviços.

- a) É o órgão que presta assistência ao Diretor Executivo no desempenho de suas atribuições
- b) É o órgão que coordena, controla e fiscaliza a qualidade dos serviços públicos concedidos, permissionados e autorizados
- c) É o órgão que recebe, processa e dá provimento às reclamações dos usuários relacionados com a prestação de serviços públicos regulados
- d) É o órgão que presta assessoria e exerce a representação judicial da AGERBA
- e) É o órgão que executa as atividades de administração geral, financeira e contábil da AGERBA

51) Considerando as disposições expressas da lei estadual nº 12.209, de 20 de abril de 2011, que dispõe sobre o processo administrativo, no âmbito da Administração direta e das entidades da Administração indireta, regidas pelo regime de direito público, do Estado da Bahia, e dá outras providências, assinale a alternativa correta sobre sua aplicabilidade.

- a) As disposições desta Lei aplicam-se aos órgãos dos Poderes Legislativo, Judiciário e aos Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios, no que se refere ao exercício de função administrativa, mas não se aplicam ao Ministério Público
- b) As disposições desta Lei aplicam-se aos órgãos dos Poderes Legislativo, Judiciário e ao Ministério Público, no que se refere ao exercício de função administrativa, mas não se aplicam aos Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios
- c) As disposições desta Lei aplicam-se aos órgãos dos Poderes Legislativo, Judiciário, ao Ministério Público e aos Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios, no que se refere ao exercício de função administrativa
- d) As disposições desta Lei aplicam-se aos órgãos dos Poderes Legislativo, Judiciário e aos Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios, no que se refere ao exercício de todas as suas funções administrativas, mas não se aplicam ao Ministério Público
- e) As disposições desta Lei aplicam-se aos órgãos dos Poderes Legislativo, Judiciário e ao Ministério Público, no que se refere ao exercício de todas as suas funções, mas não se aplicam aos Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios

52) Considerando as disposições expressas da lei estadual nº 12.209, de 20 de abril de 2011, que dispõe sobre o processo administrativo, no âmbito da Administração direta e das entidades da Administração indireta, regidas pelo regime de direito público, do Estado da Bahia, e dá outras providências, assinale a alternativa correta sobre o que a referida lei considera de forma expressa e precisa como a sucessão ordenada de atos e formalidades tendentes à formação e manifestação da vontade da Administração Pública ou à sua execução.

- a) Processo administrativo
- b) Procedimento administrativo
- c) Rito administrativo
- d) Autos administrativos
- e) Brocardo administrativo

53) Considerando as disposições expressas da lei estadual nº 12.209, de 20 de abril de 2011, que dispõe sobre o processo administrativo, no âmbito da Administração direta e das entidades da Administração indireta, regidas pelo regime de direito público, do Estado da Bahia, e dá outras providências, assinale a alternativa correta sobre os princípios aplicáveis em razão da referida lei.

- a) A Administração Pública obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, razoabilidade, proporcionalidade, motivação, devido processo legal e ampla defesa, segurança jurídica, oficialidade, verdade material, gratuidade, sendo dispensada a observância da celeridade
- b) A Administração Pública obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, celeridade, proporcionalidade, motivação, devido processo legal e ampla defesa, segurança jurídica, oficialidade, verdade material, gratuidade, sendo dispensada a observância da razoabilidade
- c) A Administração Pública obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, celeridade, razoabilidade, proporcionalidade, devido processo legal e ampla defesa, segurança jurídica, oficialidade, verdade material, gratuidade, sendo dispensada a observância da motivação
- d) A Administração Pública obedecerá aos princípios da legalidade, moralidade, publicidade, eficiência, celeridade, razoabilidade, proporcionalidade, motivação, devido processo legal e ampla defesa, segurança jurídica, oficialidade, verdade material, gratuidade, sendo dispensada a observância da impessoalidade
- e) A Administração Pública obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, celeridade, razoabilidade, proporcionalidade, motivação, devido processo legal e ampla defesa, segurança jurídica, oficialidade, verdade material, gratuidade e, quando cabível, da instrumentalidade das formas

54) Considerando as disposições expressas da lei estadual nº 12.209, de 20 de abril de 2011 que dispõe sobre o processo administrativo, no âmbito da Administração direta e das entidades da Administração indireta, regidas pelo regime de direito público, do Estado da Bahia, e dá outras providências, assinale a alternativa correta sobre a interpretação da norma.

- a) A norma administrativa será interpretada da forma que melhor garanta o atendimento ao fim público a que se dirige, sendo vedada a aplicação retroativa de nova interpretação para os atos já publicados
- b) A norma administrativa será interpretada da forma que melhor garanta o atendimento ao fim público a que se dirige, sendo vedada a interpretação sistemática para os atos já publicados
- c) A norma administrativa será interpretada da forma que melhor garanta o atendimento ao fim público a que se dirige, sendo vedada a interpretação lógica
- d) A norma administrativa será interpretada da forma que melhor garanta o atendimento ao fim público a que se dirige, sendo vedada a interpretação gramatical para os atos já publicados
- e) A norma administrativa será interpretada da forma que melhor garanta o atendimento ao fim público a que se dirige, sendo vedada a interpretação axiológica

55) Considerando as disposições expressas da lei estadual nº 12.209, de 20 de abril de 2011 que dispõe sobre o processo administrativo, no âmbito da Administração direta e das entidades da Administração indireta, regidas pelo regime de direito público, do Estado da Bahia, e dá outras providências, assinale a alternativa **INCORRETA** sobre o que a referida lei considera de forma expressa e precisa como direitos do administrado ao postular no processo administrativo, sem prejuízo de outros que lhe forem assegurados.

- a) Ser tratado com respeito pelas autoridades e servidores, os quais deverão colocar à disposição meios para o exercício de seus direitos e cumprimento de suas obrigações
- b) Obter decisão final motivada, com observância dos prazos fixados em lei, sobre requerimentos ou denúncias formuladas
- c) Ter ciência da tramitação dos processos administrativos em que figure como interessado, bem como das manifestações definitivas e das decisões proferidas
- d) Ter vista dos autos na repartição na qual tramita o processo, desde que por advogado legalmente constituído
- e) Obter cópia dos autos na repartição em que tramita o processo, ressalvados os casos previstos em lei, mediante o recolhimento prévio de valor a título de ressarcimento de despesas incorridas com o seu atendimento, calculadas da forma prevista em norma regulamentar

56) Considerando as disposições expressas da lei estadual nº 12.209, de 20 de abril de 2011, que dispõe sobre o processo administrativo, no âmbito da Administração direta e das entidades da Administração indireta, regidas pelo regime de direito público, do Estado da Bahia, e dá outras providências, assinale a alternativa **correta** sobre os postulantes no processo administrativo.

- a) A intervenção de terceiro no processo dependerá de autorização judicial de órgão colegiado, quando comprovado o interesse
- b) Não é legitimada para postular no processo administrativo a pessoa física, quanto a direitos e interesses coletivos e difusos
- c) A atuação de associação dependerá de comprovação de pertinência temática entre suas finalidades institucionais e os interesses que visa defender e, quando necessário, de autorização da respectiva assembleia geral
- d) São legitimados para postular no processo administrativo a pessoa física, jurídica ou associação, titular de direito ou interesse individual, vedado o exercício de representação
- e) É legitimado para postular no processo administrativo aquele que tenha direito ou interesse que possa ser afetado pela decisão adotada, desde que tenha dado início ao processo

57) Considerando as disposições expressas da lei estadual nº 12.209, de 20 de abril de 2011 que dispõe sobre o processo administrativo, no âmbito da Administração direta e das entidades da Administração indireta, regidas pelo regime de direito público, do Estado da Bahia, e dá outras providências, assinale a alternativa **correta** sobre o prazo aplicável aos atos da autoridade competente e dos administrados, que participem do processo, quando inexistir disposição específica.

- a) 05 (cinco) dias
- b) 10 (dez) dias
- c) 08 (oito) dias
- d) 07 (sete) dias
- e) 15 (quinze) dias

58) Considerando as disposições expressas da lei estadual nº 12.209, de 20 de abril de 2011, que dispõe sobre o processo administrativo, no âmbito da Administração direta e das entidades da Administração indireta, regidas pelo regime de direito público, do Estado da Bahia, e dá outras providências, assinale a alternativa **INCORRETA** sobre o início do processo.

- a) O requerimento será desde logo instruído com a prova documental de que o postulante disponha
- b) É vedada à Administração a recusa imotivada a receber qualquer requerimento, devendo o postulante ser orientado quanto ao saneamento de eventuais falhas
- c) O órgão que receber o requerimento providenciará a autuação e encaminhamento à repartição competente, no prazo de 10 (dez) dias
- d) Se o requerimento houver sido dirigido a órgão incompetente, este providenciará seu encaminhamento à unidade adequada, notificando-se o postulante
- e) Constatado o não atendimento aos requisitos do requerimento inicial, o postulante será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias, suprir a omissão, sob pena de não conhecimento do requerimento

59) Assinale a alternativa **correta** considerando as disposições expressas da lei estadual nº 12.209, de 20 de abril de 2011, que dispõe sobre o processo administrativo, no âmbito da Administração direta e das entidades da Administração indireta, regidas pelo regime de direito público, do Estado da Bahia, e dá outras providências.

- a) Intimação é o ato pelo qual a Administração convoca alguém para integrar o processo administrativo, a fim de que apresente defesa sobre os fatos descritos pela autoridade competente e Notificação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e termos do processo, para que faça ou deixe de fazer alguma coisa, ou das decisões que resultem imposição de deveres, ônus, sanções, restrição ao exercício de direitos ou de atividades de seu interesse
- b) Notificação é o ato pelo qual a Administração convoca alguém para integrar o processo administrativo, a fim de que apresente defesa sobre os fatos descritos pela autoridade competente e Intimação é ato idêntico
- c) Notificação é o ato pelo qual a Administração convoca alguém para integrar o processo administrativo, a fim de que apresente defesa sobre os fatos descritos pela autoridade competente e Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e termos do processo, para que faça ou deixe de fazer alguma coisa, ou das decisões que resultem imposição de deveres, ônus, sanções, restrição ao exercício de direitos ou de atividades de seu interesse
- d) Notificação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e termos do processo, para que faça ou deixe de fazer alguma coisa, ou das decisões que resultem imposição de deveres, ônus, sanções, restrição ao exercício de direitos ou de atividades de seu interesse e Intimação é ato idêntico
- e) Intimação é o ato pelo qual a Administração convoca alguém para integrar o processo administrativo, a fim de que apresente defesa sobre os fatos descritos pela autoridade competente e Notificação é ato idêntico desde que praticado por iniciativa do interessado, não podendo decorrer de ato de ofício

60) Considerando as disposições expressas da lei estadual nº 12.209, de 20 de abril de 2011, que dispõe sobre o processo administrativo, no âmbito da Administração direta e das entidades da Administração indireta, regidas pelo regime de direito público, do Estado da Bahia, e dá outras providências, assinale a alternativa correta sobre os atos de comunicação.

- a) Os atos de comunicação dirigidos a agentes públicos, cadastrados no sistema digital da Administração, deverão ser realizados por via eletrônica
- b) Os atos de comunicação dirigidos a agentes públicos, cadastrados no sistema digital da Administração, deverão ser realizados pessoalmente
- c) Os atos de comunicação dirigidos a agentes públicos, cadastrados no sistema digital da Administração, deverão ser realizados por edital
- d) Os atos de comunicação dirigidos a agentes públicos, cadastrados no sistema digital da Administração, deverão ser realizados por via postal
- e) Os atos de comunicação dirigidos a agentes públicos, cadastrados no sistema digital da Administração, deverão ser realizados por telegrama ou telefonema

61) Considerando as disposições expressas da lei estadual nº 12.209 de 20 de abril de 2011 que dispõe sobre o processo administrativo, no âmbito da Administração direta e das entidades da Administração indireta, regidas pelo regime de direito público, do Estado da Bahia, e dá outras providências, assinale a alternativa correta sobre a competência para o processo administrativo.

- a) A competência é irrenunciável, intransferível, modificável pela vontade do agente público e é exercida pelos agentes, órgãos e entidades administrativas a que a lei atribui como própria
- b) A competência é irrenunciável, intransferível, imodificável pela vontade do agente público e é exercida pelos agentes, órgãos e entidades administrativas a que a lei atribui como própria
- c) A competência é irrenunciável, transferível, imodificável pela vontade do agente público e é exercida pelos agentes, órgãos e entidades administrativas a que a lei atribui como própria
- d) A competência é renunciável, intransferível, imodificável pela vontade do agente público e é exercida pelos agentes, órgãos e entidades administrativas a que a lei atribui como própria
- e) A competência é irrenunciável, transferível, modificável pela vontade do agente público e é exercida pelos agentes, órgãos e entidades administrativas a que a lei atribui como própria

62) Considerando as disposições expressas da lei estadual nº 12.209, de 20 de abril de 2011 que dispõe sobre o processo administrativo, no âmbito da Administração direta e das entidades da Administração indireta, regidas pelo regime de direito público, do Estado da Bahia, e dá outras providências, assinale a alternativa correta sobre assinatura eletrônica.

- a) A prática de atos processuais por meio eletrônico será admitida apenas mediante uso de assinatura eletrônica digital, sendo obrigatório o prévio credenciamento na Administração
- b) A prática de atos processuais por meio eletrônico será admitida apenas mediante uso de assinatura eletrônica cadastrada, sendo obrigatório o prévio credenciamento na Administração, bem como em Cartório Extrajudicial
- c) A prática de atos processuais por meio eletrônico será admitida apenas mediante uso de assinatura eletrônica cadastrada, sendo dispensado o prévio credenciamento na Administração
- d) A prática de atos processuais por meio eletrônico será admitida apenas mediante uso de assinatura eletrônica digital, sendo obrigatório o prévio credenciamento em Cartório Extrajudicial
- e) A prática de atos processuais por meio eletrônico será admitida mediante uso de assinatura eletrônica digital ou cadastrada, sendo obrigatório o prévio credenciamento na Administração

63) Considerando as disposições expressas da lei estadual nº 9.433 de 01 de março de 2005 que dispõe sobre as licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes do Estado da Bahia e dá outras providências, assinale a alternativa correta sobre o que a referida lei considera como licitação destinada à aquisição de diversos bens ou à contratação de serviços pela Administração, quando estes puderem ser adjudicados a licitantes distintos.

- a) Licitação por item
- b) Concorrência Pública
- c) Concorrência particionada
- d) Licitação concorrencial
- e) Chamamento dividido

64) Considerando as disposições expressas da lei estadual nº 9.433, de 01 de março de 2005 que dispõe sobre as licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes do Estado da Bahia e dá outras providências, assinale a alternativa correta sobre o que a referida lei considera como o resultado da pesquisa de preços de mercado, obtido pela média dos valores praticados à época da abertura da licitação.

- a) Preço tabelado
- b) Preço médio
- c) Preço avalizado
- d) Preço referencial
- e) Preço controlado

65) Considerando as disposições expressas da lei estadual nº 9.433, de 01 de março de 2005 que dispõe sobre as licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes do Estado da Bahia e dá outras providências, assinale a alternativa correta sobre os requisitos sem os quais nenhuma obra ou serviço será licitado ou contratado, sob pena de nulidade dos atos e responsabilidade de quem lhe deu causa.

- a) Existência de projeto básico, aprovado pela autoridade competente e disponível para exame dos interessados em participar do processo licitatório
- b) Projeto executivo, em qualquer caso
- c) Estimativa do orçamento do empreendimento, detalhado em planilhas que expressem a composição de seus custos unitários, disponíveis para consulta apenas dos concorrentes
- d) Estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício financeiro e nos três subsequentes
- e) Declaração do ordenador de despesa de que a despesa tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual, independente de compatibilidade com o plano plurianual

66) Considerando as disposições expressas da lei estadual nº 9.433, de 01 de março de 2005 que dispõe sobre as licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes do Estado da Bahia e dá outras providências, assinale a alternativa correta.

- a) As compras de aquisição não frequente pela Administração e os serviços de menor complexidade técnica serão processadas mediante o sistema do registro de preços, a ser regulamentado por decreto
- b) As compras de aquisição frequente pela Administração e os serviços de maior complexidade técnica serão processadas mediante o sistema do registro de preços, a ser regulamentado por lei ordinária
- c) As compras de aquisição frequente pela Administração e os serviços de menor complexidade técnica serão processadas mediante o sistema do registro de preços, a ser regulamentado por decreto
- d) As compras de aquisição não frequente pela Administração e os serviços de menor complexidade técnica serão processadas mediante o sistema do registro de preços, a ser regulamentado por lei complementar
- e) As compras de aquisição não frequente pela Administração e os serviços de maior complexidade técnica serão processadas mediante o sistema do registro de preços, a ser regulamentado por lei complementar

67) Considerando as disposições expressas da lei estadual nº 9.433, de 01 de março de 2005 que dispõe sobre as licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes do Estado da Bahia e dá outras providências, assinale a alternativa correta sobre qual é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que provem perante a comissão, na data da abertura da licitação, que atendem a todas as condições exigidas no edital para habilitação, observada a necessária qualificação e permitida a exigência de documentação comprobatória da capacidade técnica e operacional específica do licitante.

- a) Concorrência
- b) Tomada de preços
- c) Convite
- d) Pregão
- e) Leilão

68) Considerando as disposições expressas da lei estadual nº 12.803, de 27 de março de 2013 sobre o uso de aparelhos sonoros ou musicais no interior dos transportes coletivos intermunicipais no âmbito do Estado da Bahia e dá outras providências, assinale a alternativa correta sobre.

- a) Os responsáveis pelo evento que descumprirem a referida lei ficarão sujeitos a multa, quando da primeira infração e a prisão, quando da segunda autuação da infração
- b) Os responsáveis pelo evento que descumprirem a referida lei ficarão sujeitos a advertência, quando da primeira infração e a prisão, quando da segunda autuação da infração
- c) Os responsáveis pelo evento que descumprirem a referida lei ficarão sujeitos a multa, independentemente do número de infrações
- d) Os responsáveis pelo evento que descumprirem a referida lei ficarão sujeitos unicamente a advertência, independentemente do número de infrações
- e) Os responsáveis pelo evento que descumprirem a referida lei ficarão sujeitos a advertência, quando da primeira infração e a multa, quando da segunda autuação da infração

69) Considerando as disposições expressas da lei estadual nº 12.044, de 04 de janeiro de 2011 sobre o Sistema de Transporte Hidroviário Intermunicipal de Passageiros e Veículos do Estado da Bahia - SHI, e dá outras providências, estabeleça que, periodicamente, deverá ser elaborado novo Plano Diretor, adequando-o às políticas públicas para o setor de transportes, assinale a alternativa correta sobre o período aplicável.

- a) 05 (cinco) anos
- b) 12 (doze) anos
- c) 10 (dez) anos
- d) 15 (quinze) anos
- e) 08 (oito) anos

70) Considerando as disposições expressas da lei estadual nº 12.044, de 04 de janeiro de 2011 sobre o Sistema de Transporte Hidroviário Intermunicipal de Passageiros e Veículos do Estado da Bahia - SHI, e dá outras providências, assinale a alternativa correta sobre as penalidades.

- a) A penalidade de advertência por escrito é imposta para as infrações de natureza média, grave e gravíssima puníveis com multa, desde que o infrator não tenha reincidido na mesma infração no período dos 06 (seis) meses anteriores, ou quando a autoridade administrativa considerar os bons antecedentes da empresa infratora e as circunstâncias do cometimento da infração
- b) A penalidade de advertência por escrito é imposta para as infrações de natureza leve, média e grave puníveis com multa, desde que o infrator não tenha reincidido na mesma infração no período dos 18 (dezoito) meses anteriores, ou quando a autoridade administrativa considerar os bons antecedentes da empresa infratora e as circunstâncias do cometimento da infração
- c) A penalidade de advertência por escrito é imposta para as infrações de natureza leve, média e grave puníveis com multa, desde que o infrator não tenha reincidido na mesma infração no período dos 24 (vinte e quatro) meses anteriores, ou quando a autoridade administrativa considerar os bons antecedentes da empresa infratora e as circunstâncias do cometimento da infração
- d) A penalidade de advertência por escrito é imposta para as infrações de natureza média, grave e gravíssima puníveis com multa, desde que o infrator não tenha reincidido na mesma infração no período dos 36 (trinta e seis) meses anteriores, ou quando a autoridade administrativa considerar os bons antecedentes da empresa infratora e as circunstâncias do cometimento da infração
- e) A penalidade de advertência por escrito é imposta para as infrações de natureza leve, média e grave puníveis com multa, desde que o infrator não tenha reincidido na mesma infração no período dos 12 (doze) meses anteriores, ou quando a autoridade administrativa considerar os bons antecedentes da empresa infratora e as circunstâncias do cometimento da infração

71) Considerando as disposições expressas da lei estadual nº 11.378, de 18 de fevereiro de 2009 sobre organização, planejamento, fiscalização e poder de polícia do Sistema de Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros do Estado da Bahia - SRI, e dá outras providências, assinale a alternativa correta sobre quais são todas as modalidades do SRI.

- a) Metropolitano, estrutural, regional, rural e animal
- b) Urbano, conjuntural, regional, rural, suplementar
- c) Metropolitano, infraestrutural, regional, rural, complementar
- d) Metropolitano, estrutural, regional, rural e complementar
- e) Urbano, estrutural, regional, rural, suplementar

72) Considerando as disposições expressas da lei estadual nº 11.378, de 18 de fevereiro de 2009, sobre organização, planejamento, fiscalização e poder de polícia do Sistema de Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros do Estado da Bahia - SRI, e dá outras providências, assinale a alternativa correta sobre controle e fiscalização.

- a) A transportadora que deixar de efetuar a renovação do registro cadastral na data que lhe for designada pela AGERBA é punível com multa no valor equivalente, em reais, a 2% (dois por cento) do valor de um veículo padrão zero quilômetro utilizado pelo Permissionário ou Concessionário, adotado na composição tarifária vigente, aplicável a cada trimestre de inadimplemento de sua obrigação
- b) A transportadora que deixar de efetuar a renovação do registro cadastral na data que lhe for designada pela AGERBA é punível com multa no valor equivalente, em reais, a 3% (três por cento) do valor de um veículo padrão zero quilômetro utilizado pelo Permissionário ou Concessionário, adotado na composição tarifária vigente, aplicável a cada bimestre de inadimplemento de sua obrigação
- c) A transportadora que deixar de efetuar a renovação do registro cadastral na data que lhe for designada pela AGERBA é punível com multa no valor equivalente, em reais, a 4% (quatro por cento) do valor de um veículo padrão zero quilômetro utilizado pelo Permissionário ou Concessionário, adotado na composição tarifária vigente, aplicável a cada bimestre de inadimplemento de sua obrigação
- d) A transportadora que deixar de efetuar a renovação do registro cadastral na data que lhe for designada pela AGERBA é punível com multa no valor equivalente, em reais, a 5% (cinco por cento) do valor de um veículo padrão zero quilômetro utilizado pelo Permissionário ou Concessionário, adotado na composição tarifária vigente, aplicável a cada trimestre de inadimplemento de sua obrigação
- e) A transportadora que deixar de efetuar a renovação do registro cadastral na data que lhe for designada pela AGERBA é punível com multa no valor equivalente, em reais, a 1% (um por cento) do valor de um veículo padrão zero quilômetro utilizado pelo Permissionário ou Concessionário, adotado na composição tarifária vigente, aplicável a cada trimestre de inadimplemento de sua obrigação

73) Considerando as disposições expressas da lei estadual nº 11.378, de 18 de fevereiro de 2009, sobre organização, planejamento, fiscalização e poder de polícia do Sistema de Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros do Estado da Bahia - SRI, e dá outras providências, assinale a alternativa correta sobre bagagens ou encomendas.

- a) O extravio ou dano em bagagens ou encomendas de terceiros ensejará o pagamento de indenização em favor do usuário, no valor equivalente, em reais, a 5.000 (cinco mil) vezes o valor absoluto do coeficiente tarifário quilométrico (R\$/km) vigente para o veículo tipo trem convencional, para cada volume extraviado ou danificado
- b) O extravio ou dano em bagagens ou encomendas de terceiros ensejará o pagamento de indenização em favor do usuário, no valor equivalente, em reais, a 8.000 (oito mil) vezes o valor absoluto do coeficiente tarifário quilométrico (R\$/km) vigente para o veículo tipo ônibus rodoviário convencional, para cada volume extraviado ou danificado
- c) O extravio ou dano em bagagens ou encomendas de terceiros ensejará o pagamento de indenização em favor do usuário, no valor equivalente, em reais, a 7.000 (sete mil) vezes o valor absoluto do coeficiente tarifário quilométrico (R\$/km) vigente para o veículo tipo ônibus rodoviário convencional, para cada volume extraviado ou danificado
- d) O extravio ou dano em bagagens ou encomendas de terceiros ensejará o pagamento de indenização em favor do usuário, no valor equivalente, em reais, a 3.000 (três mil) vezes o valor absoluto do coeficiente tarifário quilométrico (R\$/km) vigente para o veículo tipo trem convencional, para cada volume extraviado ou danificado
- e) O extravio ou dano em bagagens ou encomendas de terceiros ensejará o pagamento de indenização em favor do usuário, no valor equivalente, em reais, a 9.000 (nove mil) vezes o valor absoluto do coeficiente tarifário quilométrico (R\$/km) vigente para o veículo tipo ônibus rodoviário convencional, para cada volume extraviado ou danificado

74) Considerando as disposições expressas do decreto estadual nº 13.168, de 12 de agosto de 2011, que regulamenta a Lei Estadual nº 12.044, de 04 de janeiro de 2011, que dispõe sobre o Sistema de Transporte Hidroviário Intermunicipal de Passageiros e Veículos do Estado da Bahia - SHI, e dá outras providências, assinale a alternativa correta.

- a) Para os fins do referido decreto, considera-se transporte hidroviário intermunicipal de passageiros e veículos o serviço de navegação entre dois ou mais municípios, dentro e fora dos limites territoriais do Estado da Bahia, numa faixa litorânea de até 10 (dez) milhas náuticas de largura da costa, em águas de leitos de rios, baías, angras, enseadas, lagos, lagoas, canais, e águas marítimas abrigadas, com origem, destino, tarifa e horários definidos
- b) Para os fins do referido decreto, considera-se transporte hidroviário intermunicipal de passageiros e veículos o serviço de navegação entre dois ou mais municípios, dentro dos limites territoriais do Estado da Bahia, numa faixa litorânea de até 15 (quinze) milhas náuticas de largura da costa, em águas de leitos de rios, lagoas, canais, e águas marítimas abrigadas, com origem, destino, tarifa e horários definidos
- c) Para os fins do referido decreto, considera-se transporte hidroviário intermunicipal de passageiros e veículos o serviço de navegação entre dois ou mais municípios, dentro e fora dos limites territoriais do Estado da Bahia, numa faixa litorânea de até 18 (dezoito) milhas náuticas de largura da costa, em águas de leitos de rios, baías, angras, enseadas, lagos, lagoas, canais, e águas marítimas abrigadas, com origem, destino, tarifa e horários definidos
- d) Para os fins do referido decreto, considera-se transporte hidroviário intermunicipal de passageiros e veículos o serviço de navegação entre dois ou mais municípios, dentro dos limites territoriais do Estado da Bahia, numa faixa litorânea de até 12 (doze) milhas náuticas de largura da costa, em águas de leitos de rios, baías, angras, enseadas, lagos, lagoas, canais, e águas marítimas abrigadas, com origem, destino, tarifa e horários definidos
- e) Para os fins do referido decreto, considera-se transporte hidroviário intermunicipal de passageiros e veículos o serviço de navegação entre dois ou mais municípios, dentro dos limites territoriais do Estado da Bahia, numa faixa litorânea de até 20 (vinte) milhas náuticas de largura da costa, em águas de leitos de rios, lagoas, canais, e águas marítimas abrigadas, com origem, destino, tarifa e horários definidos

75) Considerando as disposições expressas do decreto estadual nº 11.832, de 09 de novembro de 2009, que institui a Política Estadual de Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros - POTIP, regulamenta a Lei nº 11.378, de 18 de fevereiro de 2009, sobre organização, planejamento, fiscalização e poder de polícia do Sistema de Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros do Estado da Bahia - SRI, e dá outras providências, assinale a alternativa correta.

- a) A prestação do serviço público de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros está sujeita à delegação, mediante contrato de concessão ou permissão, através de licitação, realizada pela Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia - AGERBA
- b) A prestação do serviço público de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros está sujeita à delegação, apenas mediante contrato de concessão, através de licitação, realizada pela Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia - AGERBA
- c) A prestação do serviço público de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros está sujeita à delegação, apenas mediante contrato de permissão, através de licitação, realizada pela Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia - AGERBA
- d) A prestação do serviço público de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros está sujeita à delegação, apenas mediante contrato de permissão, através de licitação, realizada pelo Gabinete do Governador
- e) A prestação do serviço público de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros está sujeita à delegação, mediante contrato de concessão ou permissão, através de licitação, realizada pelo Gabinete do Governador

Escolha **um** dos três temas e transcreva a redação de 20 a 30 linhas, com caneta azul ou preta, para o cartão de respostas.

Tema 1

Texto

“O desvanecimento das habilidades de sociabilidade é reforçado e acelerado pela tendência, inspirada no estilo de vida consumista dominante, a tratar os outros seres humanos como objetos de consumo e a julgá-los, segundo o padrão desses objetos, pelo volume de prazer que provavelmente oferecem e em termos de seu “valor monetário”. Na melhor das hipóteses, os outros são avaliados como companheiros na atividade essencialmente solitária do consumo, parceiros na alegria do consumo, cujas presença e participação ativa podem intensificar esses prazeres. Nesse processo, os valores intrínsecos dos outros como seres humanos singulares (e assim também a preocupação com eles por si mesmos, e por essa singularidade) estão quase desaparecendo da vista. A solidariedade humana é a primeira baixa causada pelo triunfo do mercado consumidor.”

(BAUMAN, Zigmunt. *Amor Líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*, Rio de Janeiro: Zahar, 2004, p.96)

No texto acima, o autor faz uma análise crítica a respeito da solidariedade em tempos de consumismo. A partir das ideias propostas por ele e com base em seu conhecimento de mundo, desenvolva um texto dissertativo-argumentativo no qual seja apresentado o seu posicionamento sobre o seguinte tema “A solidariedade humana está realmente diminuindo?”

Seu texto deverá ser produzido em prosa e conter entre 20 e 30 linhas.

Tema 2

Texto

“Vivemos num mundo que não sabe conviver com a diferença. Não é uma constatação nova. Boa parte da história da humanidade tem sido escrita pelos embates entre grupos que fazem de suas diferenças étnicas, religiosas, culturais, ideológicas, econômicas ou políticas o germe de rivalidades inconciliáveis. É a ideia absurda de que pode haver paz e respeito mútuo entre iguais. O irônico é que esses “iguais”, depois de se unir para aniquilar aqueles que imaginam serem seus inimigos comuns, quase sempre descobrem diferenças entre si, o que acaba gerando conflitos e mortes dentro do próprio grupo.

Para quem se guia por esse raciocínio errado, o diferente é visto como perigoso. Então, logo, procura-se um jeito de afastá-lo do convívio, amordaçá-lo ou, até mesmo, eliminá-lo.

Há ainda outro modo menos agressivo, mas não menos criminoso, de lidar com o diferente: fazê-lo igual a mim. Esta tentativa de tornar o outro igual a mim é uma forma errada de pensar. Temos que procurar manter a unidade na diversidade.”

(Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/o-respeito-a-diferenca/10581/> Acesso em: 18/01/17)

A diversidade de opiniões sobre variados temas pode gerar conflitos e até acabar com relações. Contudo, tal diversidade é inevitável. Nesse sentido, a partir da leitura do texto de apoio acima e com base em seu conhecimento de mundo, desenvolva um texto dissertativo-argumentativo no qual você se posicione sobre o seguinte tema “A diversidade de posicionamentos e as relações no ambiente de trabalho”

Seu texto deverá ser produzido em prosa e conter entre 20 e 30 linhas.

Tema 3

Texto

“A norma corresponde à necessidade que o grupo social experimenta em defender seu meio de comunicação das transformações que possibilitariam advir no momento de seu aprendizado. Pressupõe - se que os integrantes de determinado grupo social tentam não fazer parte, não inserir em outra forma de linguagem que não seja a que eles dominem, podendo defender a sua identidade no grupo.

Conforme Coseriu (1979), os fatos da norma são fixados pela tradição, ou seja, pelo hábito, pelo costume de cada grupo, dentro da comunidade linguística. E assim, dentro de uma comunidade linguística, podem-se definir várias normas: norma padrão, norma culta, linguagem familiar, linguagem popular, linguagem rural, etc. Conquanto, uma norma (a padrão, fixada pela tradição gramatical) possa sobrepor - se às demais, sendo considerada a melhor, ou mesmo sendo identificada à própria Língua. Do ponto de vista linguístico tal julgamento não procede, pois, em princípio, os fatos de norma, isto é, a variação normal não afeta o funcionamento do sistema linguístico, logo não possuem valor funcional.”

(Disponível em: <http://www.sociodialeto.com.br/edicoes/15/31072013033826.pdf> . Acesso em: 19/01/17, p. 36)

O texto trata sobre as inúmeras variantes da Língua Portuguesa e afirma que uma não se sobrepõe à outra. Contudo, é importante estar atento ao modo de se expressar. Nesse sentido, a partir da leitura do texto de apoio acima e com base em seu conhecimento de mundo, desenvolva um texto dissertativo-argumentativo sobre o seguinte tema “Qual a importância de saber empregar, adequadamente, as variantes da língua oral e escrita no ambiente de trabalho?”

Seu texto deverá ser produzido em prosa e conter entre 20 e 30 linhas.

1	
5	
10	
15	
20	
25	
30	

